

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 021

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 22 DE MARÇO DE 2000

ANO XXVI

## *Mesa Diretora*

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i> .....	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i> .....	<i>Divanir Braz Palma</i>

## *Representação Partidária*

*PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Serafina Carrilho - Sérgio Spada (licenciado); PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 016ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
22 DE MARÇO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Carlos Simões e Augustinho Zucchi.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaúcho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Miltinho Pupprio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Indicação:**

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e, de conformidade com o

disposto no Art. 54, Inciso XVIII e Art. 77, § 2º, Inciso II, da Constituição Estadual, indicam o deputado Basílio Zanusso para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tendo em vista a vaga criada com a aposentadoria do ex-conselheiro doutor João Cândido Ferreira da Cunha Pereira.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(aa) SERAFINA CARRILHO, ANTONIO CARLOS BELINATI, DIVANIR BRAZ PALMA, RENATO GAÚCHO, RICARDO MAIA, LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO, EDNO GUIMARÃES, PASTOR EDSON PRACZYK, LUIZ ACCORSI, HIDEKAZU TAKAYAMA, ALGACI TULIO, TIAGO DE AMORIM NOVAES, NELSON GARCIA, ALBANOR GOMES, BERALDIN, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI, CARLOS SIMÕES, CLEITON KIELSE, RICARDO CHAB, LUIZ CARLOS ZUK, CESAR SELEME, ELIO RUSCH, TONY GARCIA, NEREU MOURA, ANTONIO ANNIBELLI, JOSÉ MARIA FERREIRA, PÉRICLES MELLO, HERMES FONSECA, ADEMIR BIER, ÂNGELO VANHONI, EDSON STRAPASSON, IRINEU COLOMBO, ORLANDO PESSUTI, WALDYR PUGLIESI, EDGAR BUENO, CHICO NOROESTE E CAÍTO QUINTANA.

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 332**

Senhor Presidente.

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUEREM que seja realizada votação nominal para o requerimento que propõe a criação de uma CPI, para investigar o narcotráfico e o crime organizado no Estado do Paraná.

Nestes termos, pede deferimento, conforme dispõe o Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(aa) NEREU MOURA, PÉRICLES MELLO, LUIZ CARLOS ZUK, WALDYR PUGLIESI, IRINEU COLOMBO, ADEMIR BIER E EDSON STRAPASSON

**REQUERIMENTO Nº 354**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja convidado o senhor José Tavares, secretário de Estado da Segurança Pública, para que na Comissão de Segurança Pública desta Casa, venha explicar sobre as medidas que adotará com relação a segurança pública do povo do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(aa) RICARDO CHAB  
LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento:

Tiago Amorim Novaes

#### REQUERIMENTO Nº 333

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Ricardo Simionato, ocorrido em trágico acidente de automóvel, vindo a falecer em 21 de março de 2000.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 334

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da jovem Eleomara Patussi da Fonseca, ocorrido em trágico acidente de automóvel, em 19 de março de 2000.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 335

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Mauro Basseto, ocorrido em trágico acidente de automóvel, ocorrido em 19 de março de 2000.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) ADEMIR BIER

#### REQUERIMENTO Nº 347

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Severino Menegusso e Júlia Lugarine Menegusso, que completou 65 anos de união conjugal, celebrando as bodas de diamante.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momento compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 348

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Tadeu Antonio Lopez e Ângela Maria Tedesco Lopez, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando as bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momento compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 349

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Antonio Meira Amarante e Roseli Ferreira Amarante, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando as bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momento compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 350

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Eládio Lobo e Maria Elizabete Pinto Lobo, que completou 25 anos de união conjugal, celebrando as bodas de prata.

Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momento compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos estes anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos. Somamos aos demais Pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 355

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Consesp - Conselho das Entidades Sociais do Paraná (Rua João Antonio Xavier, 730 - Ctba), pela realização da Exposição Histórica das Entidades Sociais 500 Anos de Brasil”.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

O Conselho das Entidades Sociais do Paraná - Consesp estará apresentando entre os dias 24, 25 e 26 deste mês, no Edifício Castelo Branco, a Exposição Histórica das Entidades Sociais 500 anos de Brasil. Com uma extensa e rica programação, o Consesp estará contando com a participação de diversas entidades no evento.

Desde o descobrimento do Brasil, há 500 as Ações Religiosas, a benevolência e a filantropia amparam as pessoas que, por infelicidade do destino ou por consequência sócio-biológicas e/ou preconceitos, tenham sido marginalizadas pela sociedade, ficando à mercê do infortúnio e esquecimento.

O trabalho de assistência social evoluiu no Brasil, através das obras de instituições sociais advindas de congregações européias, até que surgisse do Serviço Social, amparado por lei e constituído em faculdade de graduação. Porém, o espírito pioneiro e voluntário sempre esteve presente, que seja numa instituição pública ou privada. Ao longo desse caminho ambas estiveram sempre juntas, na medida em que a demanda dos necessitados vem aumentando cada vez mais.

A exposição apresentada pelo Consesp, deseja, mostrando seu trabalho em 500 anos despertar a consciência da população para o resgate de valores como a dignidade, a moral, a bondade e a ajuda ao próximo, e chamar a atenção dos governantes para se dar ao povo o mínimo que cada indivíduo espera assim como de ter garantido a sua sobrevivência: alimento, educação e tra-

balho. O Consesp deseja levantar a bandeira do bem e da esperança.

Pela realização deste evento, receba o Consesp, através de sua diretora, senhora Rute Yamasaki, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 356

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à equipe de alunos do 2º ano de Turismo da PUC/PR e ao senhor Ilmar Wolff Coradin - Ecoplan (Rua Pe. Agostinho, 1114 - Mercês - CEP: 80430-050 - Ctba), pela realização do Projeto Reciclando o Calouro.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) ALGACI TULIO

#### JUSTIFICATIVA:

Objetivando tornar o trote uma confraternização amigável entre calouros e veteranos, o Centro Acadêmico de Turismo da Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR, propõe uma viagem onde todos possam aprender, ensinar e se divertir.

Assim nasceu o Projeto Reciclando o Calouro - com a idéia de dar as boas vindas aos estudantes do primeiro ano do curso de Turismo de uma forma diferente, já que algumas vezes o trote perde sua função original e acaba constringendo e machucando os calouros. Assim, a alternativa encontrada foi a realização de uma viagem que permitisse aos alunos o desenvolvimento de um trabalho de preservação do meio ambiente e conscientização geral.

O local escolhido foi a Ilha do Mel, por ser este um dos pontos turísticos mais atrativos do nosso Estado. A organização da viagem foi feita por uma equipe de oito alunos, que procurou patrocínio, divulgação e apoio em empresas privadas, institutos, rádio e televisão e o resultado obtido foi muito satisfatório. A atividade teve início em 18 de março e foi até o dia seguinte, durando assim um final de semana.

No primeiro dia, houve o traslado e confraternização com passeio e no segundo dia os calouros e veteranos cataram lixo da Ilha do Mel e distribuíram saquinhos durante uma caminhada da praia do farol das Conchas. Após a caminhada, o lixo juntado foi entregue ao Instituto Ecoplan.

Esta iniciativa revelou-se muito importante, pois é uma forma de preservar o meio ambiente e conscientizar os cidadãos para esta importante questão.

Pela realização do evento recebam: Ilmar Wolff Coradin - Instituto Ecoplan, e os alunos: Aline Roberta Pires, Beatriz Santa Rita, Daniel Menke Doetzer, Flávia Diório Silvado, João Augusto Nizolazzi, Leonardo Viana, Tatiana Rocha Nicz, Maria Olivia Somma e Rodrigo Ozório, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

## REQUERIMENTO Nº 337

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Pato Branco - Vila São Pedro - bairro Xaxim, tendo em vista que à noite, principalmente, há vários assaltantes e drogados que têm deixado os moradores muito apreensivos. Pede-se urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 338

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da senhora Áurea Bernardes de Alvarenga, residente à Rua João Diório, Quadra 15 Lote 28 - Vila Santa Rita, bairro Tatuquara, que pede a implantação do serviço de entrega domiciliar de correspondências na rua em que reside.

Somente chegam em sua residência as contas de luz e água e todas as outras infelizmente não chegam, inclusive acarretando atrasos e outros problemas, como por exemplo, a conta telefônica, a qual, sem pagamento pode ser desligado.

O bairro todo enfrenta esse problema e os moradores clamam por providências urgentes. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 348-7799.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 339

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da senhora Elisiane da Silva Ortiz, que pede a implantação do serviço de entrega domiciliar de correspondência na Rua José Francisco Kotoviski - Jardim do Norte, município de Almirante Tamandaré.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 757-3523.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 340

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no sentido de atender o pedido da senhora Sueli de Mello de Oliveira, residente à Rua Anísia Maria Conceição Ferreira, nº 544 - bairro Tatuquara, que pede a implantação do serviço de entrega domiciliar de correspondência em sua residência e em todo o bairro.

Muitos transtornos são causados para toda a comunidade, e caso o pedido seja atendido, somente benefícios trará a todos.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 348-7179.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 341

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A, no sentido de atender o pedido da senhora Maria Helena Ladica, residente à Rua João Alencar Guimarães, 1810 - bairro Campo Comprido, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico cuja inscrição foi feita através do CPF 317.419.409-15. Afirma a senhora Maria Helena que seus vizinhos que fizeram inscrição já foram atendidos, somente ela ainda não foi beneficiada.

Sua inscrição foi feita há mais ou menos 03 (três) anos atrás.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 342

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A, no sentido de atender o pedido do senhor Paulo Henequim, quanto a agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico cuja inscrição foi feita há muito tempo.

Segundo ele, foram feitas 03 (três) inscrições e nenhuma delas atendida até o presente momento. Trata-se de uma pessoa de idade e que aguarda há anos pelo benefício.

Seu endereço é Avenida 3 Marias, nº3 - bairro São Braz.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## REQUERIMENTO Nº 343

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A, no sentido de atender o pedido da senhora Amélia Schwartz Gomes, residente à

Rua Tenente Celso Soares, 59 - Vila Juliana - município de Piraquara, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico cuja inscrição foi feita através do CPF 298.882.809-10 em 06.05.97.

Trata-se de uma senhora de 60 anos de idade, que mora sozinha e com problemas de saúde, necessitando urgentemente do telefone em sua residência.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 344

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S/A, no sentido de atender o pedido da senhora Solange Aparecida Novaes, residente à Rua Josephina Demeterco, 18 - Conjunto Flor do Campo, bairro CIC, que pede agilização e previsão de instalação de um terminal telefônico cuja inscrição foi feita através do CPF 655.321.209-00.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 272-4806 (recados com Aparecida).

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 345

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Elisiane da Silva Ortiz, que solicita de denominação das ruas transversais do Jardim do Norte, entre as Ruas José Francisco Kotoviski e Marcelino Champagnat.

A denominação facilitará a entrega de correspondências e contas de luz, água, telefone, etc. Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 757-3523.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 346

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido da senhora Elisiane da Silva Ortiz, que pede a passagem da máquina e a colocação de saibro na Rua José Francisco Kotoviski - Jardim do Norte, tendo em vista a mesma encontrar-se intransitável.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 757-3523.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 351

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, solicita o envio de expediente a Fundepar, solicitando agilização de liberação do material para o Colégio Estadual Professor Mariano Camilo Paganoto, no município de Foz do Iguaçu-PR, conforme ofício nº 001/2000 (anexo) da direção do referido colégio.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) CHICO NOROESTE

#### REQUERIMENTO Nº 357

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja enviado expediente ao Excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, solicitando viabilizar o recape asfáltico e ampliação em 300 metros na pista do Aeroporto Municipal Juvenal Cardoso, localizado no município de Pato Branco.

Do aprovado Requer ainda, seja comunicado o presidente da Câmara Municipal de Pato Branco - Vereador Gilmar Luiz Arcari, e Vereadores Roberto Carlos Chioquetta e Nelson Bertani (Rua Araribóia, 491 - 85.505-030 - Pato Branco - PR.)

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### JUSTIFICATIVA:

A pista foi construída em 1976 e até hoje não foi feito nenhum reparo. Atualmente encontra-se em péssimo estado, causando riscos às empresas que fazem operações diárias, sendo que algumas aeronaves foram danificadas devido à existência de buracos, havendo necessidade urgente de recapeamento asfáltico, e a ampliação de 300 metros, por motivo da entrada de novos equipamentos pelas empresas de transporte aéreo, dado ao desenvolvimento do município e conseqüentemente da demanda de passageiros, é necessária a urgência no atendimento.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 082/2000

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a U.D.F. - União dos Deficientes Físicos, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) CHICO NOROESTE

**JUSTIFICATIVA:**

A União dos Deficientes Físicos, é sociedade civil filantrópica, sem fins lucrativos tendo como objetivo a recuperação total ou parcial dos deficientes da região, visando o seu bem estar junto aos seus familiares e a sociedade.

Neste sentido, solicitamos apoio aos nobres pares desta Casa para aprovação do projeto de lei que ora apresentamos.

**PROJETO DE LEI Nº 083/2000**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Comunidade terapêutica Acoradouro, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22.03.2000.

(a) CHICO NOROESTE

**JUSTIFICATIVA:**

A Comunidade Terapêutica Acoradouro, é uma instituição civil, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos com a finalidade na recuperação e prevenção de uso de drogas, a todos aqueles que buscarem seus serviços, sem qualquer distinção.

Oferecendo assim, uma grande parcela para a sociedade, no trabalho realizado com méritos, junto aos usuários de substâncias entorpecentes.

Com esta finalidade solicito aos nobres pares desta Casa aprovação do referido projeto de lei, conforme documentação anexa.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, senhores deputados.

Nas últimas sessões desta Casa foram levantadas, pela maioria dos deputados, questões relacionadas a autoridades policiais, a homens ligados na imprensa, a pessoa da família paranaense e brasileira, referente a diversas denúncias oferecidas aqui nesta Casa, no plenário, pela CPI Nacional do Narcotráfico. hoje se encontra em nosso plenário uma extensão daqueles apelos feitos não só a nós, deputados que subscrevemos aquela CPI, mas apelos feitos por famílias que tiveram tirados do seu seio aquilo que era mais caro a qualquer família, que são os seus filhos. Aqui à nossa direita, está estampado. Uma das necessidades que nós da Oposição pretendemos instalar nesta Casa, e uma CPI que irá averiguar todas as irregularidades acontecidas aqui no Estado do Paraná.

Hoje testemunhamos aqui, materializado no nome do Rafael, todos aqueles que desapareceram de uma ou de outra maneira e que nós poderemos ajudar, de forma que esta Casa se manifeste favorável à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Narcotráfico, sobre o crime organizado e, principalmente, sob a identificação do bem da família do Paraná.

Mas o que nós queremos, senhor presidente e senhores deputados, é cumprimentar, inicialmente, a Federação Paranaense de Futebol, na pessoa do presidente, Onaireves Moura, dos diretores e principalmente da elaboração da organização do Campeonato Paranaense deste ano 2000. Não seria tão somente o Atlético Paranaense, nem o Coritiba e muito menos o Paraná, que são as três grandes forças deste Estado, no sentido esportivo. Mas queremos cumprimentar todo o interior do Estado que dá uma mostra, inclusive à cidade de Londrina, na pessoa do nosso deputado Geraldo Cartário, com a sua Portuguesa, que traz um brilho maior ao Campeonato Paranaense de Futebol.

Tenham a certeza, senhor presidente e senhores deputados, que a imprensa toda do Estado, quando tinha tão somente, nas últimas páginas, um esporte a ser oferecido aos seus leitores, quando em uma rádio tinha o esporte num segundo assunto, que não seria o principal, e ainda mais, juntando a imprensa falada e escrita, queremos cumprimentar imprensa televisada deste Estado, na pessoa do Doutor Francisco Cunha Pereira, que traz ao Paraná a mostra do Campeonato Paranaense do ano 2000. Tem o interior do Estado e todo o Paraná a oportunidade de assistir aos grandes embates esportivos que são realizados no nosso estado, como também tem a presença assegurada até em embates internacionais aonde o Atlético Paranaense, representando não somente o Paraná e nem tão somente o Brasil, empresta a todo universo esportivo deste mundo a sua presença na Taça Libertadores da América.

Tenho a certeza, senhores deputados, que o esporte é o caminho, seja ele profissional ou amador, ou mesmo qualquer outra atividade esportiva, no sentido de dar um respaldo à família que tanto necessita, de entretenimentos à sua juventude, e participação dos homens de bem como Geraldo Cartário, na direção de equipes profissionais deste Estado.

Finalizo, cumprimentando uma vez mais também esta Casa, que na pessoa do presidente, exercendo todas as atividades que exerce como empresário, como presidente do Poder Legislativo também encontra tempo, como nós todos, deputados, que é no campo esportivo, com a presença do presidente e de todos os parlamentares desta Casa ali no Atlético, ali no Coritiba, ali no Paraná, lá em Ponta Grossa com o nosso Operário, em Londrina com a Portuguesa, em qualquer recanto deste Estado como Francisco Beltrão, tem a mão amiga da participação da colaboração e da contribuição para que o esporte do Paraná e principalmente o Campeonato Para-

naense de 2000 seja o sucesso que está tendo até o presente instante.

Quero encaminhar à Mesa senhor presidente, um requerimento ao presidente da Federação, ao doutor Francisco Cunha Pereira, que empresta o Canal 12 para transmissão direta dos jogos, à imprensa escrita do Estado, à imprensa falada de todo Paraná, que tem ajudado sobremaneira para dar ao Brasil, e que o Paraná além desses grandes times citados, oportunidade de oferecer grandes jogadores para compor a Seleção Nacional e chegarmos não à Olimpíada, mas chegarmos na Copa do Mundo, e novamente trazer ao Brasil o título de campeão do futebol do nosso universo.

Obrigado, senhor presidente, obrigado senhores deputados.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Senhor presidente, senhores deputados, quero, neste meu pronunciamento no Pequeno Expediente na tarde de hoje, antecipadamente agradecer a todos os deputados pela participação efetiva e pelo voto em favor do nosso Projeto nº 637/99, hoje figurando em redação final no item 2 da Ordem do Dia.

Dizer que esta Assembléia Legislativa, ao aprovar o projeto de lei que institui o município de Lunardelli como pólo turístico, religioso, Santuário Santa Rita de Cássia, presta através desta sua ação, um benefício incalculável ao Vale do Ivaí, região que tenho o privilégio, ao lado do deputado Miltinho Puppio, de representar nesta Assembléia, ao lado de outros deputados também, e presta sem sombra de dúvida, ao município de Lunardelli, o reconhecimento de um fato hoje inquestionável, que é a movimentação diária de pessoas àquela cidade, em busca, evidentemente, do alcance de uma graça e tudo o mais, em função da fé que essas pessoas devotam a Santa Rita de Cássia.

No ano de 99, o deputado Algaci Tulio propôs a esta Casa que Paranaguá fosse declarada também como pólo turístico religioso, em função de, em Paranaguá, estar situado o Santuário de Nossa Senhora do Rocio, padroeira do Estado do Paraná, onde também centenas de milhares de pessoas acorrem em busca de um benefício, em busca de receber uma graça, em busca do cumprimento de uma promessa feita para resolver um problema seu ou de alguém da sua família.

Lunardelli, um pequeno município situado no Vale do Ivaí, conhecido, tenho certeza, pela maioria dos senhores deputados, tem recebido, nos finais de semana, em torno de 25 a 30 ônibus de romeiros do Estado do Paraná e de outros Estados do Brasil.

Nos dias 22 de cada mês, quando ocorre a comemoração do Dia de Santa Rita, acorrem àquela cidade em

torno de 50 ônibus do Brasil inteiro e até mesmo do Paraguai, fato que já pudemos pessoalmente presenciar.

O município de Lunardelli vem ganhando uma vida nova em função deste turismo religioso. E nós que temos, ao longo do tempo, proclamado sempre a necessidade de investirmos, de ajudarmos nas questões turísticas, estamos com este projeto dando a Lunardelli esta condição que lhe faltava de atender estas pessoas que lá acorrem todos os dias e muito especialmente no dia 22 de maio, dia em que se comemora o Dia de Santa Rita de Cássia.

Por esta razão, quero antecipadamente em meu nome, em nome do padre João que é o pároco responsável pela Paróquia de Santa Rita de Cássia, em nome do prefeito, Mário Moribe, que esteve conosco no dia de hoje, agradecer a todos por este benefício que a Assembléia Legislativa do Paraná está concedendo a Lunardelli e a todo Vale do Ivaí, ao instituírmos o município de Lunardelli como pólo turístico religioso, Santuário de Santa Rita de Cássia.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passamos ao Horário das Lideranças. Com a palavra PPB, PSB, PMDB.

**(Declinam)**

Pela Liderança do PT, com a palavra o deputado Péricles Mello.

**O SR. PÉRICLES MELLO**

Senhor presidente, hoje os jornais do Paraná publicam o acordo entre o governo e as concessionárias, definindo finalmente o aumento do pedágio das rodovias.

É lamentável o que vimos, inclusive entidades de classe, dando a impressão que estão concordando com este aumento absurdo. Sob todos os aspectos, não nos conformamos, não aceitamos este aumento em hipótese alguma e se alguém julgar que este País, este Estado é minimamente sério, acredita também que a justiça paranaense vai anular este contrato, por ser lesivo ao interesse público e vai criminalizar o governo do Paraná, por ter assinado este contrato.

Agora, às 16h00, irei com o deputado Caíto Quintana até um de nossos advogados e estamos entrando com ação popular esta semana ainda, para anular o contrato, com mandado de segurança através de algumas entidades tentando liminarmente impedir que este aumento se concretize, vamos sair pelo Paraná, nas universidades, escolas públicas, terminais de ônibus, nas praças, escolas, demonstrando o crime bárbaro feito contra o povo.

Sabemos de tudo já. Temos a radiografia e a genealogia desse crime explicado: superfaturamento de às vezes, até 500% nas obras. As empreiteiras têm a coragem de dizer, e o governo, de aceitar e remeter a esta Casa, um relatório onde justifica um prejuízo, dizendo que gastaram - esse número é esclarecedor, até para uma criança - só uma mão-de-obra em serviços operacionais, é bom que se frise, 167 milhões de reais



em 18 meses. Não está presente nesse serviço, a instalação das rodovias. A mão-de-obra para as rodovias, é outra coisa. É só a mão-de-obra, repito, para os serviços operacionais, ou seja, o pessoal que cobra o pedágio nas praças, os motoristas dos guinchos e ambulâncias, os médicos que atendem os acidentados e os poucos postos de atendimento.

Só nessa mão-de-obra, 167 milhões.

Ora, vamos comparar com o orçamento de Ponta Grossa, que é a minha cidade e que conheço melhor.

Ponta Grossa tem quase 4 mil funcionários. O orçamento do município, anual, para pagar funcionários, médicos, dentistas, administrativo, funcionário de obras, para investir na cidade com saúde, educação, escola, creche, para comprar o maquinário, tudo isso, Ponta Grossa arrecada 90 milhões, meu Deus do céu!

Não é possível que o governo mande para esta Casa um documento aceitando que as concessionárias gastaram em mão-de-obra para serviços operacionais, 167 milhões em 18 meses! Elas gastam muito mais que o orçamento de Ponta Grossa por ano, só para contratar pessoas em serviços operacionais, advogados, diretor da Rodonorte e jornalistas. Não é possível! Não é possível que esta Assembléia se cale diante desse fato! Não é possível que o Poder Judiciário do Paraná não enxergue o que está acontecendo, não é possível que tenhamos chegado a um momento da história desse País, onde nos acostumamos a ser roubados e ficamos quietos, de cabeça baixa, e os cidadãos recebem tantas informações contraditórias que, às vezes, ficam cegos diante do absurdo! O mais grave é que quem paga por isso, é o caminhoneiro que fica trinta dias longe de casa, abandonando mulher e filhos, que não dorme à noite, tomando remédio - "rebitado" como eles dizem -, para ganhar 100 ou duzentos reais a mais. Ele é quem vai pagar para enriquecer os grandes tubarões das empresas nacionais, mancomunados com o governo. Não é possível! Não consigo acreditar.

Às vezes me pego pensando como eu era ingênuo, meu Deus do céu! Depois de vinte anos de ação política, como somos ingênuos, como não percebemos o que está por trás das coisas que acontecem aos nossos olhos!

Ora, senhor presidente, senhores deputados, uma empreiteira dizer que gastou só com guincho - elas não têm nenhum helicóptero para transportar pessoas acidentadas - ambulância e posto de atendimento e os carros para a segurança das estradas, 84 milhões - disseram que gastaram! Só a Rodonorte diz e o governo aceita, que para construir sete praças de pedágio, gastou 35 milhões de reais e aceitamos isso. Cada praça da Rodonorte, a bagatela de quatro milhões, oitocentos e cinquenta mil reais e o governo aceita isso? E a Justiça aceita isso? E nós aceitamos isso? Onde nós estamos, meu Deus? Que regime democrático é esse? No que o povo vai acreditar? É até natural que, de repente, surja uma ideologia de direita conservadora, pregando a volta ao autoritarismo e de tanta crueldade contra um povo que sofre o desemprego e miséria em sua casa.

Não vamos aceitar esse aumento, em hipótese alguma. Estamos confeccionando jornais e panfletos e vamos distribuir por todo o Paraná e vamos dar palestras nas universidades do Paraná e nas escolas públicas, mostrando esse crime.

Faço um último apelo a esta Casa. Faltam duas assinaturas para que possamos abrir a CPI do Pedágio

#### O SR. PÉRICLES MELLO

A verdade já sabemos e está explícita. Já falei mais de 50 vezes com números oficiais dessa tribuna. Agora a CPI nos dá uma prova material mais sólida, porque nos permite o acesso aos contratos com sub-empresas e às notas fiscais das concessionárias. Mas, mesmo que ela não saia, a Justiça tem dados suficientes para, se for séria anular este contrato e criminalizar quem merece ser criminalizado, ao assinar um contrato desta natureza contra o povo do Paraná.

Senhor presidente e senhores deputados, era isso, basicamente. Queria falar sobre outro assunto, mas falo noutra oportunidade.

Para concluir, na terça-feira que vem estarão presentes praticamente todos os caciques do Paraná, aqui na Assembléia, para discutir um projeto de resolução que cria o Gabinete dos Povos Indígenas do Paraná, dando um exemplo simbólico para todo o Brasil, nesta comemoração dos 500 anos do nosso descobrimento.

Muito obrigado, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Horário da Liderança do PDT, PFL, PTB, PST, PSDB, Liderança do Governo.

#### (Declinaram)

Liderança da Oposição. Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

#### O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, a Liderança da Oposição cede o espaço ao deputado Caíto Quintana.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o deputado Caíto Quintana.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente e senhores parlamentares, a Oposição não poderia deixar passar o dia de hoje sem demonstrar seu estarrecimento em razão do anunciado acordo dos valores das tarifas de pedágio.

Ora, temos um aumento, no Estado do Paraná de 74% para caminhões e 112% ou 116% para veículos pequenos. Sinceramente, é pedir confusão nas rodovias no nosso Estado!

Senhor presidente e senhores parlamentares, num jogo de futebol, quando o juiz desavergonhadamente dá um pênalti nos últimos minutos, numa partida que está empatada, dá confusão nas gerais e dá dentro de campo. Aí entra a polícia, batendo em todo mundo, e muitas e

muitas pessoas alegam que o cidadão não sabe se comportar num estádio de futebol. Mas, este cidadão sentiu-se aviltado com a partida, na qual ele deu todo o empenho, roubada no último instante. A legitimidade do movimento popular acaba sendo confundida, na seqüência, pelos acontecimentos que possam ocorrer quando postos em prática.

Pois bem, senhor presidente e senhores parlamentares, nós queremos deixar aqui registrada uma questão, é dito por todas as categorias, há levantamentos feitos pela Secretaria de Agricultura, pelo Sindicato dos Caminhoneiros, pelos cidadãos que usam rodovia, pela impossibilidade de continuar pagando, até mesmo neste instante em que o petróleo está subindo no mercado internacional, e portanto, as tarifas estão subindo. E nós, desconsiderando todas estas manifestações. O nosso estado está fazendo um acordo em subir 74% o pedágio dos caminhões. De Paranaguá, nosso principal porto de exportação, até Foz do Iguaçu ou o Oeste do Paraná, ou Sudoeste do Paraná variam de 8 a 10 pedágios que paga um caminhão, no transporte de sua mercadoria, caminhoneiros estes que já estão entregando seus veículos por não poderem fazer pagamento.

Seguramente, senhor presidente e senhores deputados, vai haver confusão nas praças de pedágio. E não acusem os caminhoneiros! Não chamem de irresponsáveis aqueles que transitam pelas estradas do Paraná; não ponham a polícia em cima de trabalhadores porque haverá reação, indiscutivelmente. Ninguém vai conseguir pagar um aumento do pedágio como este.

Olha o descalabro que está acontecendo. O próprio Ministro dos Transportes, publicamente, tem colocado que as próximas concessões de rodovias não poderão ter, ou não terão ou é o desejo que não tenham um preço maior do que três reais por pedágio, seja caminhão ou seja carro pequeno. Nós no Paraná, estamos querendo chegar a preços exorbitantes, impagáveis, impossíveis de pagar, e é claro que tem que ter uma reação daqueles que dependem do pão de cada dia no exercício de sua atividade de caminhoneiros. Não pode ser assim. Os indícios apresentados aqui pela Oposição, por tantos e tantos deputados e principalmente pelo deputado escalado pelas Oposições para estudar o assunto, deputado Péricles, tem mostrado vícios no contrato, que permitem a denúncia desse contrato e o rompimento dessa concessão.

Dias atrás viemos aqui na tribuna e colocamos dentro do conceito legal a possibilidade do rompimento deste contrato por ele não preencher requisitos, por ele ter falhas de origem, portanto nulo de pleno direito. O Governo está optando por um caminho perigoso. O governo está caminhando por um lado perigoso. 76% de aumento, deputado Orlando Pessuti, não será suportado. Não adianta dizermos que não vai dar 116, vai dar 76. Não dava para pagar 116 e não dá para pagar 76.

Vamos agir? Vamos. É demagógico? Não é demagógico. A oposição tem esta obrigação, está nesta

luta há tantos e tantos dias, e vai continuar nesta luta. Vai estar em panfletos o nome das pessoas favoráveis? Vai estar.

Portanto, isto não é um ato de deselegância, porque o momento está aberto ainda que possamos, através do instrumento normal que é uma CPI, mostrarmos a deficiência das razões do contrato e possibilitar ao governo a sua anulação, deputado Pessuti. E mais, a Oposição não está exercendo a crítica pela crítica, Já dissemos aqui e continuamos a dizer, se o governo do Estado romper o contrato com as concessionárias, conte com as Oposições para ajudá-lo. Estaremos ao seu lado, defendendo aqui na Casa, onde for necessário os interesses do Estado do Paraná, se ele romper o contrato. Mas não contem com as Oposições para amenizar o discurso e a crítica se efetivamente na segunda-feira for posto em prática 74% de aumento nos caminhões e 116% nos automóveis.

### **O Sr. Orlando Pessuti**

Permite uma aparte, deputado? Deputado Caíto, Vossa Excelência faz um discurso oportuno, porque os jornais de ontem e os de hoje trazem realmente farta informação acerca do aumento do pedágio que haverá de ser instituído a partir da próxima segunda-feira no Estado do Paraná.

E é lamentável, porque ao longo de todo este período em que se discute pedágio e concessão de rodovias no Paraná, deputados da Oposição, num primeiro momento, lá atrás, através dos ex-deputados Emerson Nerone, Luiz Claudio Romanelli, manifestávamos a nossa preocupação e o nosso voto contrário à instituição do pedágio no Estado do Paraná.

Veja Vossa Excelência deputado Caíto, mesmo que seja um aumento de 74%, 76%, um caminhão que transporte óleo vegetal de Maringá a Paranaguá e que tem condições de realizar quatro viagens tranqüilamente por semana, este caminhão pagará em torno de dois mil reais de pedágio. Um caminhão que transporte container Paranaguá - Foz do Iguaçu e que realiza tranqüilamente três viagens por semana vai pagar ao redor de três mil reais de pedágio, deputado Caíto Quintana.

O PPB já fez o seu seminário, através do seu diretório estadual, presidido pelo deputado José Janene, em Londrina teve o fórum de usuários, o Setecepar, Fetranspar, FAEP, Ocepar, fizeram o seu seminário, esta Assembléia já realizou dezenas de reuniões, e em todas as oportunidades, principalmente as manifestações da FAEP e da Ocepar que representam o setor produtivo rural, em todas as reuniões, disseram que se o aumento do pedágio vier nos valores que está sendo proposto pelo governo do Estado, que foram propostas lá atrás e negociados lá atrás, pelo governo do Estado, que agora estão sendo restabelecidos pela Justiça, que vai criar realmente um terrível embaraço à vida econômica, o custo Paraná e o custo Brasil através do Paraná pesarão significativamente na vida dos produtos agrícolas e pecuários do nosso Estado.

Então, faz bem Vossa Excelência de vir a tribuna e alertar porque o governo só teria que reconhecer que cometeu um erro e anular esses contratos e discutir um novo contrato dentro de bases mais aceitáveis para todos, governo, concessionárias e usuários das rodovias.

#### O SR. CAÍTO QUINTANA

Para concluir senhor presidente. Só quero deixar registrado isso, estamos aqui de armas engatilhadas, vamos ver de que lado vamos brigar. Se o governo romper o contrato, a Oposição vai brigar. ao seu lado para manter um preço viável, se esses valores anunciados pela imprensa forem dados, indiscutivelmente, as Oposições estarão do lado dos usuários de estradas do Estado do Paraná.

Obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Expediente nº 336 subscrito pelos senhores deputados Antonio Carlos Belinati, Renato Gaúcho, Luiz Fernandes da Silva Litro e demais senhores deputados, constante do expediente, indicando o nome do senhor deputado, para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. **À Comissão Executiva, para os devidos fins.**

Projetos de lei, em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 330/99, de autoria do deputado Marcos Isfer, concede título de Cidadão Benemérito do Estado ao doutor Ary de Christan. **Aprovado.**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 637/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a Instituir o Município de Lunardelli como Pólo Turístico Religioso, Santuário de Santa Rita de Cássia. **Aprovado.**

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 015/2000, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Util-

idade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de São Pedro do Iguaçu, no Município de São Pedro do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

#### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 044/2000, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Amigos Pró-Boqueirão - AAPB, com sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

#### ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 440/99, de autoria do deputado Beraldin, que concede título de Cidadão Honorário do Estado ao senhor Genésio Gabriel Gava. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 96, de 17.08.99).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 440/99

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Beraldin, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Genésio Gabriel Gava.

Chamada esta comissão a se manifestar, vez que nos foi encaminhada a complementação solicitada ao autor, somos de Parecer Favorável na forma de emenda modificativa para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 440/99

O artigo 1º do presente projeto de lei, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Genésio Gabriel Gava”.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CESAR SELEME - Relator

Está em votação o Projeto ressaltada a emenda. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 538/99, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado ao senhor Ágide Meneguette, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 150, de 25.10.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 538/99

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor Ágide Meneguette, presidente da Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP.

Chamada esta comissão a se manifestar, somos de Parecer Favorável na forma de emenda corretiva para melhor adequá-la as normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA  
PROJETO DE LEI Nº 538/99

O artigo 1º do Plano de Lei supracitado, passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 1º - Concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor Ágide Meneguette.”

Sala das Comissões, em 09.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 07**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/99, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado ao senhor doutor Rached Saliba Smaka. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 152, de 26.10.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 540/99

**P A R E C E R :**

Parecer ao Projeto de Lei nº 540/99, de autoria do deputado Geraldo Cartário, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao senhor doutor Rached Saliba Smaka.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 20.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
NEREU MOURA - Relator

**ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 683/97, de autoria do deputado Joel Coimbra, que denomina de “Campus Universitário Prefeito Adriano José Valente” o atual Campus da Universidade Estadual de Maringá - UEM. PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.O.P.T.C.. **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 683/97  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica denominado de “Campus Universitário Prefeito Adriano José Valente” o atual Campus da Universidade Estadual de Maringá-UEM.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.12.97.

(a) JOEL COIMBRA

**JUSTIFICATIVA:**

Adriano José Valente, advogado, nascido em São Paulo, radicou-se no Paraná desde 1952. Homem de visão e sensível à luta do povo de Maringá, percebeu a necessidade de transformação pela qual deveria passar o município, levando melhores condições de vida à população.

Eleito prefeito municipal de Maringá, implantou à frente de Executivo Municipal no Quadriênio 1969/1972, uma nova estrutura administrativa, através de bem equipadas e modernas secretarias municipais, dando maior destaque ao setor da educação e cultura.

Nesta oportunidade teve atuação destacada na fundação e implantação da Universidade Estadual de Maringá, desapropriando uma grande área 206,39 hectares - na região mais adequada da cidade (Av. Colombo), contratando o arquiteto Jaime Lerner para projetar a “Cidade Universitária” iniciando as primeiras obras no “campus”, tendo sido por isso distinguido no Primeiro Encontro de Reitores do Paraná com a especial referência de “Prefeito de Educação de Nível Superior”.

A denominação de “Campus Universitário Prefeito Adriano José Valente” ao atual Campus da Universidade Estadual de Maringá - UEM, é uma justa homenagem ao homem público que acostumamos a admirar, cujas qualidades políticas e pessoais serviram como o melhor aval de uma gestão independente, cuja imagem ficará perpetuada junto às gerações futuras através do bem que praticou e das obras permanentes que realizou, das quais se orgulham seus amigos, e deve se orgulhar a sua família.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 683/97

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Joel Coimbra, tem por objetivo denominar de “Campus Universitário Prefeito Adriano José Valente” o atual Campus da Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Sendo assim, nosso Parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 09.12.97.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 061/2000, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública o “Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social-Núcleo”, com sede no município de Serranópolis do Iguaçu e foro no município de Medianeira. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 013, de 13.03.2000).**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 061/2000**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Provopar - Programa do Voluntariado Paranaense - Ação Social-Núcleo, com sede e foro no município de Medianeira.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de Parecer Favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, requerimento nº 327, de autoria dos senhores deputados Edgar Bueno, Antonio Annibelli, Orlando Pessuti e demais senhores deputados, constantes do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

**O SR. IRINEU COLOMBO**

Para encaminhar senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Com sua discussão adiada para encaminhar a votação deputado Irineu Colombo.

**O SR. IRINEU COLOMBO (Para Encaminhar)**

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, meus queridos amigos do plenário, família e amigos do jovem Zanella. O encaminhamento desse requerimento é um dos momentos importantes desse ano, nessa Assembléia Legislativa.

Vários deputados da base governista foram consultados pelos deputados Edgar Bueno, Nereu Moura, Vanhoni, vários deputados que já colocaram a assinatura no requerimento da CPI procuraram os deputados e manifestaram diversas angustias, impedimentos de ordem política e pessoal. Chegamos a um limite, porque a sociedade cobra uma posição desta Assembléia Legislativa, com relação CPI.

Toda a sociedade do Paraná, através da imprensa, de rádios, de famílias, querem uma CPI. Não adianta a gente dizer que tem aqui uma Comissão Especial; ela evidentemente tem os seu valor e até provou, na medida em que assessorou informações à CPI do Congresso Nacional, em que levantou algumas informações em presídios, junto ao Ministério Público, ao Judiciário, à própria Polícia, com alguns delegados, mas ela não tem o poder que uma CPI tem. Por exemplo, não tem o poder de fazer convocação de autoridades públicas, de cidadãos comuns, inclusive, de colocar o cidadão sob vara para depoimento.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito, apresentado o relatório ao Ministério Público deve, permanentemente, satisfação a esta Assembléia, que haverá de acolher para encaminhar as respectivas denúncias e as qualificações criminais competentes, que estão arroladas na CPI, enquanto que uma Comissão Especial tem a mesma simbologia de uma notícia-crime, junto ao Ministério Público.

Portanto, para tornarmos eficaz a atuação da Assembléia, com esse requerimento que estamos colocando, senhor presidente, na verdade estamos simbolicamente transformando a Comissão Especial, com todas as informações já colhidas, em uma CPI. Colocando a Comissão Especial, em um status melhor e em suporte jurídico, na Legislação Federal sobre as questões das Comissões Parlamentares de Inquérito, na Constituição Federal, na constituição Estadual, e com um poder de investigação. Não estamos extinguindo a Comissão Especial, estamos transformando-a em uma CPI, a partir da aprovação desse requerimento.

Tivemos por várias e várias vezes a promessa de que teríamos assinatura para, efetivamente, instalar essa CPI, mas não tivemos sucesso. Deputados que entenderam os limites da Comissão Especial e que seria uma homenagem a ela, diante do seu trabalho até agora produzido, a transformação de uma CPI. O relator estaria trazendo o seu relatório, o Fernando Ribas Carli, nosso deputado, transformando-se este relatório em peça das mais importantes para esta CPI. Já produzindo o documento, trabalho árduo que esta comissão tem feito sob a liderança do deputado Ângelo Vanhoni, com a colabo-

ração efetiva dos deputados Fernando Ribas Carli, Algaci Tulio, entre os que estou me recordando, no momento, transformando esta Comissão Especial, numa homenagem a esses deputados, numa CPI.

E digo mais, reporto-me à fala de ontem estamos no caminho, no embalo, que não é só o Paraná, o Rio de Janeiro está passando por isso, questionamento significativo na estrutura da Segurança Pública, não estou falando de Polícia, apenas. Estrutura política de Segurança Pública que envolve uma abordagem da Polícia Militar, da Polícia Civil, como entra um PM, como entra um agente da Polícia Civil, sobre o orçamento dos programas da Segurança.

Neste embalo de uma reorganização da política estadual da segurança, da purificação da Polícia Civil, em especial, que vai ter repercussões em todos os sentidos, inclusive na Polícia Militar, neste embalo é que uma CPI do Estado do Paraná, da Assembléia Legislativa, tem que entrar! Não podemos frear este carro da purificação! Não podemos parar porque também estamos credenciados pela exigência da opinião pública!

Se não bastasse isso, senhor presidente, o jornal “Gazeta do Paraná” traz uma matéria em que o delegado Clóvis Galvão, delegado esse responsável pela prisão do ex-delegado, foragido, Noronha, tem uma ficha criminal extensa! Altamente suspeita a ordem ou a delegação para que esse delegado fizesse a prisão do seu companheiro de farda anteriormente!

Então, avalanches como esta poderiam ser checas pela CPI com toda força de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com todo rigor, com toda rapidez, solicitação inclusive judicial, de quebra de sigilo telefônico, fiscal! Não a CPI Estadual, mas ela solicita, com status de CPI ao Poder Judiciário, para que o faça. No caso poderia, antes de colocar o delegado Galvão para depor, que fosse quebrado o seu sigilo fiscal, bancário, telefônico, e aí ele vem depor, sob vara se necessário; a Comissão Especial não tem este poder, sob vara, se necessário, e efetivamente vai aprofundar a investigação sobre o caso.

Não poderemos mais conviver, nós da Oposição, com notícias deste tipo todos os dias e ficando com a responsabilidade. Queremos que a Bancada do Governo assuma a responsabilidade se esta CPI não sair. Portanto, estamos solicitando que um parlamentar da Situação assinasse ou que votemos a favor da transformação da Comissão Especial em Comissão Parlamentar de Inquérito, com toda força da Lei!

Muito obrigado.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (**Para Encaminhar**)

Senhor Presidente, antes eu gostaria de deixar levantada uma Questão de Ordem. Os encaminhamentos, conforme o Regimento Interno, são feitos, se por uma eventualidade, - quero só deixar um exemplo - não tivesse aqui um encaminhamento contrário ao requerimento, não poderia ter outro encaminhamento contrário

ao requerimento, não poderia ter outro encaminhamento favorável.

Então, com o meu encaminhamento abre-se a oportunidade para que um deputado encaminhe favorável ao requerimento. É isso que entendo, se tiver errado, por favor, me corrija com toda a liberdade.

#### O SR. EDGAR BUENO

Gostaria de consultar, eu como autor, se tenho o direito, independente de haver mais a favor, porque quando não há desejo de uma das Bancadas de se manifestarem, gostaria que Vossa Excelência fosse flexível, no sentido de permitir os encaminhamentos contrários. Quando há o equilíbrio de vários encaminhamentos de uma Bancada e de outra, creio que é correto dar a vez para um e para outro, alternando sempre.

Muito obrigado!

#### O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

O artigo 174 do Regimento Interno diz o seguinte: “Para encaminhar a votação cada deputado, salvo os relatores só poderão falar uma vez.”

Gostaria que ficasse garantido o que está expresso no Regimento.

Muito obrigado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Ângelo Vanhoni, o artigo que menciona é muito claro. “Para encaminhar a votação cada deputado, salvo os relatores, só poderá falar uma vez.” Esse só quer dizer que ele não pode falar mais de uma vez. Por outro lado o artigo 149 nos diz o seguinte: “Os oradores terão a palavra na ordem de inscrição alternadamente, a favor e contra.” No artigo 20, inciso 6º: “convidar o orador a declarar previamente se vai falar a favor ou contra a mesma.”

Vamos deixar bem claro, o deputado Irineu Colombo já usou da palavra falando do requerimento. Consultei o deputado Valdir Rossoni se falará contra. Logo em seguida outro poderá falar a favor e posteriormente um outro falará contra. Se não tiver mais nenhum deputado que queira declarar o seu voto a favor do requerimento, encerro a discussão e coloco em votação.

#### O SR. EDGAR BUENO (**Pela Ordem**)

Gostaria que, respeitada a decisão da mesa, que o senhor assegurasse o encaminhamento ao autor do requerimento.

#### O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente. Decidi a questão de ordem da seguinte maneira: asseguro o direito ao autor, deputado Edgar Bueno. Independentemente da ordem, faça uso da palavra.

#### O SR. ÂNGELO VANHONI

Tenho uma Questão de Ordem, baseada no Artigo. Vossa Excelência não pode restringir uma Questão de Ordem, baseada num artigo do Regimento Interno.

A Seção IV do Regimento Interno diz o seguinte, e é isso o que estamos agora passando, o encaminhamento da votação de um requerimento. Toda explicação que a sua assessoria e Vossa Excelência deram, em momento nenhum disse o seguinte: confirmou a Questão de Ordem levantada pelo deputado Rossoni.

Qual é a Questão de Ordem levantada pelo deputado Valdir Rossoni?

O deputado Rossoni fez a questão da seguinte maneira: só tenho ele para falar contra, se encerrasse a discussão. O que o Artigo 174 diz é o seguinte:

“Para Encaminhar ...”

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Não decidi desta maneira. Vossa Excelência está incorrendo num erro. Jamais, em momento algum eu disse isso!

O SR. ÂNGELO VANHONI

Então está bom. Estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Decidida a Questão de Ordem, e eu a fiz porque achei necessário e gostaria de ter no meu encaminhamento a atenção dos nobres pares, e também gostaria de ter a mesma atenção da imprensa falada e escrita, para que tivéssemos a oportunidade de levar ao conhecimento da população paranaense a posição que temos defendido nesta Casa. Em nenhum momento nesta Casa, foi defendido por este parlamentar que lidera a Bancada do Governo, a não investigação dos casos que estão acontecendo no caso do narcotráfico. Em nenhum momento. Isso tem que ficar claro e evidente para a sociedade paranaense. Não é possível que nós, depois do quinto encaminhamento desta questão, ainda não conseguimos transmitir isto e esta posição.

Ontem citei aqui um dizer de um sábio, e vou repetir novamente:

“Não interessa a cor do gato. O que interessa é o que importa, é que o gato cace o rato.”

Pode até achar estranho e vejo, com o aceno da cabeça de Vossa Excelência, mas quero dizer porque reforço essa minha posição, esta nossa posição. Temos nesta Casa, constituída uma Comissão Especial que já prestou trabalhos à CPI Nacional. Denúncias foram trazidas a esta Casa, medidas foram tomadas pelo governador e estamos aqui defendendo e ontem aprovamos nesta Casa a prorrogação do prazo desta comissão para que ela intensifique as suas investigações, e esteve ontem aqui, o novo secretário da Segurança, hoje tomando posse, onde veio assegurar a esta Casa e aos membros desta comis-

são, todo o apoio da Secretaria de Segurança no que for necessário para que esta comissão possa fazer o seu trabalho e aprofundar as investigações.

Esta é a posição do secretário, esta é a posição nossa. Esta é a posição da bancada que aqui lideramos. Isto é importante que fique claro, porque se insiste de uma maneira sobrenatural de transmitir à sociedade paranaense que não queremos investigação.

Ora, sou líder de um governo que demitiu toda a cúpula da Polícia Civil. Sou líder de um governo que afastou todos os delegados citados no envolvimento do narcotráfico. Sou líder de um governo que hoje, tem, um novo secretário de Segurança, elogiado inclusive pela Oposição.

Agora, pergunto: será que o caminho que vamos seguir é que vai nos trazer a justiça? Não é o caminho que vamos seguir. O importante é irmos em busca da justiça. O importante é aprofundarmos as investigações. O importante é extirpamos do seio da sociedade esses corruptos e esses narcotraficantes. É essa a minha posição, é esta a posição do governador Jaime Lerner que veio a público, ontem, em pronunciamento, e disse as mesmas palavras que estou aqui transmitindo.

De nenhuma forma, e peço encarecidamente à imprensa escrita e falada deste Estado, que transmita também, a voz da Oposição, a voz da Situação, também, com toda clareza: a Oposição defende o caminho da CPI. Nós defendemos o caminho de continuarmos com o trabalho desta comissão que já deu provas de que tem condições de aprofundar ainda mais as investigações, com o apoio que o governador está dando, neste momento, na questão da segurança, com o apoio assegurado pelo secretário da Segurança que esteve ontem na Sala da Liderança do Governo, está, sem sombra de dúvida, a Comissão aqui formada por esta Casa, há mais de 45 dias trabalhando nesta questão. Está assegurado que as investigações serão profundas e trarão mais resultados à sociedade.

Agora quero dizer a todos que estão me ouvindo, esquecendo-se um pouco aqui a Assembléia Legislativa, vamos lembrar o Ministério Público e o pronunciamento que ouvimos, ontem. Ora, senhores, se a CPI verificar algo de irregular e que alguém tenha que ser encaminhado ao Ministério Público, a CPI encaminha e não tem o poder de fazer justiça. Quem vai fazer justiça é a própria justiça, quando encaminhado ao Ministério Público o mesmo acontece com a Comissão Especial aqui formada. Se ela detectar qualquer irregularidade - qual é a atitude desta Comissão? Não vai fazer justiça, vai encaminhar ao Ministério Público para que o mesmo aprofunde as investigações e faça o seu trabalho.

Os dois caminhos chegam no mesmo lugar, depende da nossa determinação e da nossa vontade. Nós, da base de sustentação do governo, estamos determinados e por isso estivemos ao lado do governador no momento em que ele tomou todas as medidas providenciais e no momento exato. Estamos certos de que com esta

comissão, vamos contribuir para o Ministério Público, sim. Punir, os verdadeiros culpados! Não interessa o caminho. O que interessa é o resultado.

Isto é importante que fique escrito nos Anais desta Casa, porque tem muitas pessoas interessadas em transmitir à opinião pública paranaense que nós não queremos que seja investigado, que somos contra as investigações, e isto não é verdade. Estamos dando provas com atitudes, com medidas e com posições firmes, sem ter medo de defendê-las, é esta a nossa posição continuaremos firmes, quem vai decidir aqui, o importante é que as investigações, senhor presidente, terão continuidade, quem vai decidir agora é o voto, se é o caminho que estamos defendendo ou se é o caminho que as Oposições estão defendendo.

Agradeço a oportunidade, senhor presidente. Quero agradecer e cumprimentar a deputada, que não tive oportunidade, e cumprimentar aqui a todos os paranaenses que estão aqui assistindo o nosso pronunciamento, e especialmente a imprensa, que citei várias vezes no meu pronunciamento, porque a imprensa, sem sombra de dúvida, presta serviços neste momento histórico, em que estamos revolucionando a Segurança do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Para encaminhar, deputado Nereu Moura. Antes que Vossa Excelência faça uso da palavra a Mesa esclarece que após a sua fala, consulta os deputados que são contra o requerimento. Não havendo ninguém mais querendo fazer uso da palavra, a Questão de Ordem levantada, esta presidência decide que irá permitir apenas a palavra ao autor do requerimento, deputado Edgar Bueno.

**O SR. LUIZ CARLOS ZUK**

Senhor presidente, quero me pronunciar contra o requerimento para dar oportunidade a alguém depois de mim ser favorável ao requerimento.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A Questão de Ordem já está decidida, deputado.

Com a palavra o deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

O que se coloca aqui, senhor presidente, não é algo da Oposição e da Situação. Não achamos que é uma questão de oposição ao governador Jaime Lerner, ou a favor do governo Jaime Lerner. Entendemos que é uma questão crucial para o Paraná, é uma necessidade para o Paraná, fazer uma investigação serena e tranqüila, despidida de qualquer sentimento, não é a favor ou contra o governador Jaime Lerner, não colocamos isso como se fosse algo da Oposição aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, tanto é verdade que achamos que alguns deputados que apóiam o governador em não dar o seu voto favorável, porque não entendem que uma investigação do

crime organizado deste Estado possa chegar até o Palácio Iguaçu.

Não quero aqui, sob hipótese alguma, acreditar que o governador Jaime Lerner tenha qualquer tipo de envolvimento com o crime organizado no Estado do Paraná.

Por isso, senhor presidente, não conseguimos entender porque o governador Jaime Lerner, a exemplo de outros governadores do país não é o primeiro a incentivar a criação e instalação da CPI para investigar o crime organizado no Estado do Paraná. Nós não conseguimos entender.

Fala-se na CEI, Comissão Especial de Inquérito, trabalho esforçado dos nossos colegas parlamentares da CEI, mas a CEI não tem o poder que a CPI possui. A Comissão Especial convoca, convida para depor, a CPI intima, e se a pessoa se negar a comparecer, pode ser presa e ser conduzida sob prisão ao depoimento. A Comissão Especial convida, faz declaração, depoimento, a CPI faz depoimento sob juramento, implica em processo penal, possibilitando até seis anos de prisão. Numa CEI não existe nada disso, uma pessoa que não vai depor sob juramento, pode fazer qualquer tipo de afirmação porque não está fazendo sob juramento.

Como exemplo, cito o caso do General Newton Cruz no Rio de Janeiro. Ele depôs na CPI do Congresso Nacional há 15 anos atrás e agora descobriu-se que ele havia feito um falso testemunho. Abriu-se, então, um processo criminal contra ele, com a possibilidade de seis anos de prisão.

Por isso, não queremos aqui dividir este plenário com se fosse um instrumento da Oposição; é um instrumento do Paraná, do povo que sai às ruas, que grita, que pede. É preciso fazer uma investigação séria e desapassionada, que não entrem questões do governo, mas que entre sim a vontade, o desejo de se apurar de fio a pavio o crime perverso e cruel que massacra e maltrata a nossa população.

Não existe justificativa alguma para se rejeitar este requerimento que estamos apresentando. Quem tem medo da CPI são os bandidos, os marginais, os traficantes, não deve ser o governo do Paraná. Não deve ser o governador porque não acreditamos que o governador tenha qualquer tipo de envolvimento com o crime organizado no Paraná.

Pois bem, então vamos fazer a CPI. Quem não deve não teme e estamos aqui para solicitar aos nossos colegas parlamentares para que aprovemos este requerimento, instalando a CPI aqui na Assembléia.

O próprio secretário Cândido Martins de Oliveira, que é um político experiente porque viveu da política a vida inteira, desde quando pequeno não fez outra coisa a não ser viver da vida pública como deputado, como funcionário do governo, como conselheiro do Tribunal de Contas, como secretário de governo, partiu para o ataque porque sabe que a melhor defesa é o ataque e saiu por aí dando tiros em todo mundo, tentando tirar de sobre si as



denúncias que existem formuladas por pessoas que militam na Polícia do Paraná.

O próprio secretário de Segurança Pública disse que é indispensável a CPI na Assembléia Legislativa. Ora, se um dos suspeitos vem a público na imprensa do Paraná e diz que a CPI é indispensável, porque nós, deputados, que não temos nada a temer, que não devemos, vamos fazer vistas grossas a isto? Por que nós, deputados, não vamos instalar a CPI?

É evidente, senhor presidente, que não há nenhum argumento que possa justificar que a Assembléia Legislativa do Paraná não crie um instrumento poderoso. A CPI, que tem muito mais poder que a CEI, que tem poder de convocar, de quebrar sigilo bancário, fiscal, telefônico, de prender, de colocar nas barras dos tribunais. É a CPI! Não é a CEI! Por isso é que nós da Oposição, e falo em nome do PMDB, vamos votar integralmente a favor do requerimento e pedir aos deputados que apóiam o governo, deixar muito claro isso, que não é uma questão de Oposição, é uma questão a favor da segurança do Paraná, a favor do povo do Paraná, a favor da limpeza do nosso Estado, a favor da segurança das pessoas do nosso Estado, que é a função principal dos parlamentares eleitos pelo povo deste Estado.

É por isso que quero pedir aqui o apoio e o voto de todos os colegas parlamentares.

Obrigado, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A presidência consulta se mais alguém deseja fazer uso da palavra, contra o requerimento.

Com a palavra o deputado Edgar Bueno, após o que será encerrada a discussão e colocado em votação.

Vossa Excelência tem 12 minutos, sem apartes.

#### O SR. EDGAR BUENO

Senhor presidente, senhores deputados. Venho aqui hoje, mais uma vez, insistir para que esta Assembléia Legislativa assumam o seu papel e não dê este presente à população do Paraná, mas dê a garantia de que o cidadão deste Estado é respeitado. Se os bandidos já desrespeitaram tantas famílias, neste Estado, chegou a hora de termos a oportunidade de darmos a nossa parcela de contribuição para que esta questão dê um passo positivo no sentido de que as autoridades que compõem este Estado possam dizer: não fomos omissos, estamos fazendo a nossa parte. E é por cumprirmos com a nossa parte, senhores deputados, que venho mais uma vez aqui, insistir para o bom senso, para a sabedoria, para o compromisso público e popular dos senhores deputados, para que aprovelem esta CPI.

Hoje pela manhã, recebi um bilhete do deputado Rubens Bueno me encaminhando o jornal Zero Hora de Porto Alegre, e mostrando: “CPI promete desmontar o crime organizado no RS”. tem o apoio do governador. O governador foi no lançamento da CPI, deu o apoio e disse: “Todo o aparato governamental, toda a estrutura

governamental estará à disposição da CPI, para que possa ser este instrumento importante para garantir a segurança do povo do RS”.

Que pena que não assistimos a mesma coisa aqui no Estado do Paraná! Que pena que vemos o nosso governador, Jaime Lerner, tão omissos numa questão tão crucial, tão preocupante e tão avassaladora, como é o crime organizado no nosso Estado.

Senhores deputados, recebo outra informação aqui da CPI Nacional, que diz o seguinte: “Depois da passagem da CPI do Congresso Nacional pelo Paraná e pelas estarrecedoras manifestações de testemunhas, imaginávamos que estava debelado o crime no Paraná”. Só depois da CPI Nacional eles já receberam mais de 700 denúncias do Estado do Paraná, envolvendo outras pessoas. E vamos assistir tudo isto? Vamos nos omitir? Vamos aceitar que isto aconteça no nosso Estado, com as nossas famílias? Não!

Quero fazer uma comparação com o gato, citado pelo deputado Valdir Rossoni, que come o rato. Senhores deputados, imaginem o tamanho do gato e o tamanho do rato. É uma força desproporcional. Hoje a população do Paraná é o rato e os bandidos são os gatos, com seus olhos felinos, com a força da autoridade para massacrar o povo do Paraná, para pisotear o povo do Paraná, para maltratar nossa gente e os nossos governantes omissos, sem a responsabilidade o pública, não compreendem que a CPI é o melhor e o grande instrumento para darmos apoio ao José Tavares para que ele possa realmente ter uma retaguarda para combater o crime organizado porque ele vai começar pela sua própria casa.

Fico mais estarecido ainda quando vejo a falta de atenção de alguns que, realmente, querem desmerecer aqui o meu pronunciamento com seus cochichos, com suas balelas e coma suas conversas paralelas.

#### (Aplausos)

Esta é uma responsabilidade de todos, senhores deputados, e não estamos aqui num momento tão importante como este para ouvir cochichos e ouvir conversas paralelas. Ou assumimos a nossa responsabilidade ou vamos para casa e, rasgamos este diploma de deputado, porque não temos moral, para representar o povo do Paraná.

Hoje, depois de tantos argumentos, depois de tantos contatos pessoais com quase todos os deputados, depois deste convencimento pessoal que tenho e que a Oposição também tem, para formarmos esta CPI, fui na Capela fazer uma oração e fui pedir a Deus que me desse argumentos para convencer os demais deputados. Pedi a Deus e fiz uma oração porque estou convencido disto e Deus me deu a resposta nesta tarde. Se não me deu argumento, deu para todos os senhores deputados que riem da desgraça dos outros, deu aqui uma família que foi desgraçada, vergonhosamente desgraçada, barbaramente, brutalmente ter um filho eliminado do seio da sociedade.

Deus respondeu ao meu chamamento. Não preciso de palavras para convencer os demais deputados. Tenho aqui uma família,. Uma família que vi uma mãe chorar o tempo todo no depoimento daquele que assassinou seu filho. Apenas 20 anos. Gostaria que os dois irmãos levantassem, levantem, por favor, fiquem em pé, que os dois irmãos do Rafael Zanella levantassem, olha que maravilha, que beleza de rapazes, olha o crime que os bandidos oficializaram...

**(Término do Tempo)**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência tem mais dois minutos.

O SR. EDGAR BUENO

Então acho que não há mais nada a dizer. O que há é uma figura, é uma família a mostrar.

E lembrar, também para reforçar estes argumentos, senhores deputados, que também o Luciano, de apenas 20 anos, foi assassinado pelo Tenente Lobo, e que dois anos depois assassinou mais um cidadão deste Estado, dois anos depois, e a sua pena foi uma promoção na Polícia Militar do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão.

Em votação o requerimento.

Há sobre a mesa requerimento firmado por diversos deputados requerendo que seja realizado a votação nominal.

Em votação o requerimento.

Os deputados que são favoráveis queiram levantar-se.

Dezesseis deputados são favoráveis ao requerimento.

Os deputados que são contra o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Quero abster de votar porque ainda insisto que a Mesa não poderia receber esse requerimento com dezesse assinaaturas. Portanto me abstenho de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vinte e seis deputados são contrários.

Está rejeitado o requerimento.

Em votação o requerimento favorável à instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Os deputados favoráveis ao requerimento queiram levantar-se.

Dezessete deputados favoráveis ao requerimento.

Deputados contrários ao requerimento, queiram levantar-se.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Mantenho a votação anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vossa Excelência está flutuando então, nem sentado e nem em pé.

O SR. ALGACI TULIO

Ao mesmo tempo sentado, ao mesmo tempo de pé, é um direito que tenho, senhor presidente, só gostaria que o senhor não fizesse esse tipo de ironia, lhe respeito, gostaria de merecer o respeito.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vinte e seis deputados rejeitam o requerimento.

Está rejeitado o requerimento.

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, diante de tal importância do requerimento, peço a Vossa Excelência para registrar o nome dos deputados que votaram a favor da instalação da CPI nesta Casa: deputados Ângelo Vanhoni, Nereu Moura, Ademir Bier, Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk, Orlando Pessuti, Antonio Annibelli, José Maria Ferreira, Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Caíto Quintana, Péricles Mello, Edson Strapasson, Beto Richa, Beraldin e Augustinho Zucchi foram os deputados que votaram instalação da CPI, senhor presidente.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria também, não vou numerar o nome dos deputados, mas gostaria que ficasse registrado o nome dos parlamentares que votaram favoráveis à prorrogação da Comissão Interna desta Casa, que está fazendo um belo trabalho e que são favoráveis às investigações através dessa Comissão. E gostaria, se Vossa Excelência me permitisse fazer uso das minhas atribuições como parlamentar, gostaria de registrar-me nas Explicações Pessoais, para que possa responder ao deputado Edgar Bueno.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perfeitamente.

**(Lê requerimento).**

O SR. ÂNGELO VANHONI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria de fazer uma declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Perdoe-me, deputado Ângelo Vanhoni, Vossa Excelência pode até requerer o horário de Explicações Pessoais; já foi rejeitado o requerimento.

O SR. ÂNGELO VANHONI

A declaração de voto não consta do regimento, senhor presidente. Votei e só gostaria de manifestar o porquê.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Mas poderia ter feito isso.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Esperei o senhor dar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Concedo-lhe o tempo, que o senhor quiser, para o horário das Explicações Pessoais, mas já aprovamos mais dois requerimentos, depois de aprovada a matéria vencida.

O SR. BERALDIN

Pela ordem, senhor presidente.

Gostaria de perguntar a Vossa Excelência se com essa votação, que houve à rejeição de CPI, se amanhã surgir mais um voluntário que completará a 18ª assinatura, se aí poderíamos retomar o assunto e encaminhar à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cumprimos apenas o que a Constituição exige. A qualquer momento que essa presidência receba 18 assinaturas especificando o motivo do seu requerimento instala-se imediatamente.

**(Continua a leitura de requerimentos):**

Requerimento nº 332, de autoria dos senhores deputados Nereu Moura, Péricles Mello, Luiz Carlos Zuk e demais senhores deputados, constante do expediente. **Rejeitado.**

Requerimentos nºs 333, 334 e 335, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 337 a 350, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 351, de autoria do senhor deputado Chico Noroeste, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 354, de autoria dos senhores deputados Ricardo Chab e Luiz Carlos Alborghetti, com apoio do senhor deputado Tiago Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 355 e 356, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 357, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. GERALDO CARTÁRIO

Pela ordem, senhor presidente?

**(Assentimento)**

Gostaria de convidar não só os companheiros deputados, mas também os presentes a prestigiar a nossa Associação Portuguesa Londrinense, que estará jogando na noite de hoje, às 21:30 com o Coritiba. Aproveitamos ainda para dizer que será uma honra torcer para a nossa Portuguesa e os que não puderem ir no campo, poderão fazê-lo, através da TV Paranaense, Canal 12.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Gostaria de anunciar a presença do prefeito de Roncador e esposa, doutor Odilon Gonçalves, bem como o vice-prefeito, Pedro Gucha (?).

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Da mesma forma convidamos aqueles que, porventura, não forem ao Alto da Glória, para assistir o Coritiba e a Portuguesa Londrinense que compareça a Arena da Baixada para assistir o Atlético Paranaense com o Aliaza do Peru, numa magnífica competição, pela Taça Libertadores da América.

Tenho certeza que muitos que não puderem e não desejarem ir ao Alto da Glória haverão de participar na Baixada que também será transmitida pela Rede Bandeirantes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao senhor deputado Valdir Rossoni, inscrito.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Explicações Pessoais**)

Senhor presidente, gostaria de ter, aqui também a oportunidade de lamentar, aqui não quis explorar o episódio da família que está aqui presente e dizer que todos somos solidários na dor dessa família. A Bancada que votou conosco é solidária, temos família, respeitamos a senhora. Estou vendo que a senhora está me olhando e a senhora pode ter certeza essa dor faz parte da dor de todos os paranaenses e de nós, parlamentares.

Quero, com todo respeito cumprimentar esta família e nos solidarizar na dor e no sofrimento de um acontecimento, tão triste como este, para uma família. Só quem passa por um episódio como este, certamente, pode relatar o sofrimento que é isso. Então queremos deixar aqui a nossa posição clara sobre esta questão porque somos movidos por sentimentos, também temos família e não desejamos isso a ninguém, e estamos aqui para proteger a família.

Senhor presidente, só quero convidar o deputado Edgar Bueno e tenho certeza que Vossa Excelência e nós deputados poderíamos ajudá-lo, ele poderia, a partir de segunda-feira, visitar o Estado do Rio de Janeiro. E ao fazer uma visita ao Estado do Rio de Janeiro, governado pelo PDT de Vossa Excelência, levar ao Garotinho os exemplos do Paraná.

Lá no Rio de Janeiro, governado pelo PDT do Deputado Edgar Bueno, um senhor de confiança que estava ao lado do governador Garotinho, para assuntos de segurança, denunciou a banda podre da Polícia do Rio de Janeiro. Sabe qual foi a atitude do governador do PDT? Demitiu este servidor que denunciou as falcaturas da Polícia, no Rio de Janeiro!

Espero a compreensão do deputado Edgar Bueno, e que leve o exemplo do Paraná ao Garotinho, leve as ati-

tudes tomadas pelo governador, que ao invés de demitir quem denunciou, quem quer purificar a Polícia do Rio de Janeiro, que quer oxigenar a Polícia do Rio de Janeiro, não demita a pessoa que denunciou e que dizem que hoje já está fora do país porque está sofrendo ameaças. Leve ao Garotinho o exemplo do Paraná, na hora que foi citado aqui, toda cúpula da Polícia Civil foi afastada, a hora que o delegado geal não compareceu à CPI foi exonerado. Gostaria que todas as medidas tomadas pelo governador servissem de exemplo para o governador do PDT, do homem e do deputado Edgar Bueno. Sei que o deputado Edgar Bueno é um homem de bons princípios, um homem sério, um homem que merece o nosso respeito, um homem que, sem sombra de dúvida, subiu naquela tribuna, não fez demagogia, fez a defesa do interesse público da população do Paraná. Faço a defesa do cidadão e do parlamentar Edgar Bueno. Mas, é importante nesse momento que vivemos nesta Casa, que se mostre os dois lados como se age e como se faz a verdade.

Fez uso desse horário e espero a compreensão de todos.

Muito obrigado!

O SR. EDGAR BUENO

Senhor presidente, quero registrar aqui que infelizmente não posso levar os exemplos do governo do Paraná para o Rio de Janeiro. Os exemplos do povo bom, do povo trabalhador massacrado pela omissão do nosso governador, não posso levar. Porque é um péssimo exemplo. É o pior exemplo da história desse estado. Só dispensou o

seu secretário de Segurança quando não agüentou a pressão da opinião pública.

Quero deixar o registro aqui, porque a única coisa que posso levar ao povo do Rio de Janeiro é o exemplo do povo bom do Paraná e não do governador.

Muito obrigado!

O SR. LUIZ CARLOS ZUK (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a educação da Bancada da Oposição que ouviu o líder do Governo e a educação que têm, alguns da Liderança da Situação, aqui no Plenário.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 23, às 10 horas, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 090, 354 e 549/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 440, 538, 540/99 e 683/97 e 061/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 064 e 076/2000.

Levanta-se a sessão.